



## GEOGRAFIA DA INFORMALIDADE: trabalhadores informais ambulantes nas praias de João Pessoa, Paraíba

---

**Luciene Andrade Alves**

*Universidade Federal da Paraíba*

**María Franco Garcia**

*Universidade Federal da Paraíba*

### RESUMO

A informalidade e a emergência de trabalhadores atípicos, como definidos por Vasopollo (2009), são fenômenos em expansão nas cidades brasileiras. Esta expansão é sintomática das transformações em curso do mundo do trabalho. Neste texto apresentamos uma análise da dinâmica geográfica da atividade ambulante informal no espaço público de João Pessoa, na expressão do comércio ambulante na praia. Inicialmente, discutimos teórica e conceitualmente a informalidade e a ambulância para, posteriormente, apresentar a suas singularidades nas praias urbanas de João Pessoa. Finalmente discutimos a relação ente informalidade, ambulância e precarização do trabalho no setor turístico, concluindo que esta atividade econômica se expande hoje em João Pessoa em função da incorporação massiva de trabalhadores atípicos nas suas “fileiras”.

**Palavras-chave:** Trabalho. Precarização. Trabalho itinerante. Apropriação do espaço. Crise.

### ABSTRACT

The phenomenon of informality is growing in the streets of Brazilian cities. And this expansion of the activity accompanies the various changes of socio-economic order in which our society is passing by. In this context, the itinerant worker, with its expanded set of survival strategies, is forced to go where the possible consumer is. The territoriality and the subjectivity of informal work, embodied in this social subject, are some of our research purposes. The beach comes as an extra attraction to the “negotiators of space”. It is a landscape that is appropriated and sold primarily through the discourse of development by the tourism industry, by government representatives, in a sort of partnership with private enterprises. And the itinerant worker who sells his goods in that area, try to enter into this reality, even the most precarious forms possible, for, wander through the sand and boardwalk from the edge of the city of Joao Pessoa, to survive and support his family.

**Keywords:** Precariousness. Itinerant work. Appropriation of space. Crisis.

## INTRODUÇÃO

A informalidade e a emergência de trabalhadores atípicos, como definidos por Vasopollo (2009), são fenômenos em expansão nas cidades brasileiras. Esta expansão é sintomática das transformações em curso do mundo do trabalho. Para Antunes (2005) estaríamos diante de uma nova morfologia do trabalho, portanto, da ampliação de expressões que até o momento não ocupavam o lugar central na configuração da classe trabalhadora nos termos clássicos, lugar protagonizado pelo operariado fabril. A reestruturação produtiva do capital e a flexibilização do trabalho propiciaram essa emergência. Neste contexto, o trabalhador ambulante, trabalhador atípico na informalidade, desenvolve um inesgotável leque de estratégias de e para a sua sobrevivência. A ambulância obrigada, literalmente, a deslocar-se ali onde o seu consumidor em potencia se encontra. A cidade é o lócus principal de reprodução do comércio ambulante, um espaço apropriado por estes trabalhadores nas suas práticas cotidianas. Na cidade de João Pessoa, parte dos trabalhadores ambulantes que comercializam suas mercadorias nas proximidades das praias, ou nelas, o fazem em condições precárias no seu perambular cotidiano pelas areias e/ou calçada da sua orla.

O termo informalidade é cercado de interpretações diversas que, longe de esclarecer, acabam por dificultar o entendimento deste fenômeno. Permeando nossa análise, reconhecemos que esta expressão da informalidade, ou seja, aquela que é vista nas ruas, é apenas um indício de algo muito maior, que compromete a estrutura social de nosso país. Concordamos com Yázigi (2000) ao afirmar que: “Por isto, o que se vê nas ruas é muito mais alvo de críticas” ( p. 180).

Podemos considerar que a informalidade vai ao caminho oposto ao das conquistas tão duramente batalhadas pelos trabalhadores brasileiros. Os direitos conquistados, principalmente a partir da Constituição de 1988, representaram um avanço, ainda que os direitos conquistados estejam muito aquém do merecido e necessário à classe trabalhadora. Porém, o mínimo de segurança que a atividade laboral apresenta hoje, em sua condição formal, é absolutamente inexistente na expressão informal, o que evidencia o fato desta atividade ser um forte indício da crise estrutural em que se encontra o sistema do capital.

A itinerância do comércio ambulante nos desperta o interesse de dar vida aos trajetos ocupacionais destes trabalhadores. Ou seja, sentimos a necessidade de conhecer a maneira como este sujeito encontra para poder levar sua vida, e, na maioria das vezes, de sustentar a sua família, através da informalidade. Como vive? Por que optou por esta atividade, se é que pode optar? Até que ponto o desemprego é de fato o único fator que determina esta escolha? Estes e outros questionamentos perpassam nossa pesquisa e norteiam nossas metodologias de trabalho. Essa aproximação ao sujeito de pesquisa se dá no intuito de nos desvencilhar da tendência exageradamente quantitativa de alguns estudos, que interpretam superficialmente os trabalhadores, como meros números estatísticos. Nossos questionamentos nos provocam e, de certa forma, incomodam, a ponto

de nos fazer buscar em diferentes espaços respostas que talvez esclareçam as diferentes implicações sociais deste fenômeno, a partir deste sujeito.

A ciência geográfica nos ajuda a esclarecer nossa sociedade, a partir da classe trabalhadora, ao nos mostrar “as marcas territoriais do trabalho” nela impressas (THOMAZ JÚNIOR; FRANÇA JÚNIOR, 2009). E pelo fato de o espaço ser muito mais do que a simples soma entre paisagem e sociedade, ou seja, como afirma Costa (1989, p. 16): “O espaço é uma instância econômico-sócio-cultural da sociedade”, consideramos que a dimensão do social é capaz de fornecer a essência do espaço, o que faz com que este seja um dos esteios ideológicos de nossa pesquisa.

Nesta precarização do trabalho, encontra-se, de maneira ainda mais precária, o trabalhador ambulante, de que tratamos com nosso texto. Analisamos o trabalhador que se utiliza predominantemente da praia como local de trabalho, perambulando pelas areias e calçadas da cidade de João Pessoa, sem nenhum vínculo empregatício, trabalhando “por conta própria”.

De acordo com Thomaz Júnior e França Júnior (2009, p. 165):

Quando nos ocupamos com a (des)realização e as novas identidades do trabalho territorialmente expressas na plasticidade que se refaz continuamente, estamos preocupados com os desdobramentos para os trabalhadores da constante redefinição de profissões, habilitações, especializações, inserções autônomas etc., entremeada, em vários casos, com experiências de despossessão. Essa trajetória de fragmentações atinge em cheio o trabalho, e são essas as evidências mais profundas do estranhamento que acrescentam desafios à compreensão do trabalho, na perspectiva de classe.

E neste panorama de fragmentação da classe trabalhadora, a economia informal junta-se ao trabalho temporário, terceirizado, à subcontratação, enfim, ao desemprego estrutural. A formação de uma consciência de classe, em si, se vê impossibilitada. Manter o emprego, quando se tem um, submetendo-se aos abusos próprios de uma sociedade onde reina o capital, acaba por representar a única forma de sobrevivência.

O número de trabalhadores informais tem aumentado vertiginosamente, acompanhando as últimas crises econômicas, bem como as modificações estruturais e modernizações forçadas adotadas pelo governo brasileiro em “obediência” às determinações do capital financeiro internacional. Estas determinações tornaram-se evidentes no início da década de 1990 (governo

Collor), quando o parque industrial brasileiro foi completamente alterado, e as constantes privatizações deram margem aos mandos e desmandos de investidores estrangeiros, resultando na escalada do desemprego e das flexibilizações dos direitos trabalhistas.

A abertura econômica, ocorrida mais evidentemente a partir da década de 1990, que tanto representou para a modernização da economia brasileira, com a intensa reestruturação do parque produtivo nacional, provocou, dentre outras consequências, a incorporação de tecnologias de ponta, a relativa estabilidade dos preços, uma forte retomada de investimentos. Mas cabe ao pesquisador crítico perguntar as consequências reais destas modificações à grande massa da população brasileira. Estas mudanças resultaram em aumento real de salário? Maior número de empregos? Melhores condições de trabalho? O respeito fiel aos direitos trabalhistas? A história recente mostra que não, e a expansão da informalidade só vêm mostrar que o desenvolvimento atribuído ao país neste período não é, nem de longe, uma conquista para a maioria da população. O desemprego tecnológico e estrutural, bem como a exclusão social e a precarização do trabalho têm relação direta com a informalização do trabalho que hoje se mostra tão evidente. Segundo Conserva e Araújo (2008, p. 76), “a crise dos modelos nacional e desenvolvimentista em geral legou enormes bolsões de informalidade e miséria metropolitana, avolumando estruturalmente o fenômeno da informalidade e da exclusão”.

E no que se refere às modificações de ordem sócio-econômica no país no referido período, segundo Antunes (2005, p. 165):

O neoliberalismo e a reestruturação produtiva da era da acumulação flexível, dotados de forte caráter destrutivo, têm acarretado, entre tantos aspectos nefastos, um monumental desemprego, uma enorme precarização do trabalho e uma degradação crescente na relação metabólica entre homem e natureza, conduzida pela lógica societal voltada prioritariamente para a produção de mercadorias, que destroi o meio ambiente em escala globalizada.

O discurso vitorioso a respeito do crescimento econômico, cheios de números e vazio em interpretações reais no cotidiano da maior parte da população, mascara informações detalhadas de ordem social. Neste sentido, afirma Malaguti (2000, p. 33-34):

Variáveis econômicas tão genéricas pouco nos dizem sobre as condições concretas da vida da população brasileira. Por exemplo: o crescimento do PIB – ou do PIB *per capita* – nada nos diz sobre a geração de empregos ou a distribuição efetiva dos rendimentos (por ser uma média, um crescimento espantoso do PIB *per capita* pode coabitar, por exemplo, com salários decrescentes); um orçamento público deficitário nada nos informa sobre a aplicação da receita governamental (o déficit pode ter sido gerado tanto para sanear bancos quanto para a construção de hospitais e escolas); as altas taxas de juros tanto atraem o capital internacional (acréscimo de capitais voláteis) quanto oneram o Tesouro nacional (diminuição do estoque de divisas). Da mesma forma, a simples estabilidade dos preços pouco nos permite afirmar sobre as variações dos salários ou dos rendimentos das várias ocupações (podendo coexistir inflação zero com arrocho salarial).

A informalidade acaba por representar uma espécie de “válvula de escape” para um grande contingente de trabalhadores que se vêem, de uma hora para outra, desprovidos de seus empregos, e de uma seguridade social, ainda que já bastante debastada pelos incontáveis modelos de flexibilização adotados. Porém, os custos sociais desta solução apresentam consequências ainda mais funestas para toda a classe trabalhadora. E esta tendência de mudança do modelo ocupacional, no sentido da informalidade, atingiu um número tão significativo de trabalhadores, que mostra sinais de que vai se firmar e se agravar, já que, segundo estudos do IBGE (e os números oficiais tendem a não expressar tão fielmente a realidade), nas grandes cidades brasileiras, o número de trabalhadores ocupados na informalidade corresponde à metade da população (JACKOBSEN; MARTINS, 2000).

### **A praia como lugar de trabalho informal em João Pessoa**

As praias da cidade de João Pessoa são divulgadas como grandes atrativos de lazer. O turismo é quase uma vocação natural destes espaços, e o interesse econômico gravita permanentemente toda ordem de modificação do equipamento público. Ou seja, todo tipo de alteração, implementada pela ordem privada ou pelo poder público, visa à venda desta paisagem. Toda esta propaganda é feita no intuito de atrair um público cada vez maior, seja local ou de fora da cidade, e, com isso, atrair divisas. E o trabalhador ambulante das praias de João Pessoa se insere neste comércio, indo até onde estão os possíveis consumidores de suas mercadorias e serviços. São vendedores de castanha-de-

caju, picolé, refrigerantes, e outros incontáveis gêneros alimentícios, além daqueles que prestam serviços de aluguel de cadeira e guarda-sol etc., por exemplo.

Muitos dos produtos comercializados são produzidos na casa do próprio ambulante, e por seus familiares, o que faz com que a rede da informalidade seja muito maior do que a própria manifestação da mesma na praia pode demonstrar. Na TABELA 1 (pág. Seguinte) procuramos representar os produtos e serviços informais identificados em nossas pesquisas de campo. Nota-se que a variedade é grande, porém, os produtos e serviços elencados provavelmente não estão nem próximos do número exato de variedades que se pode encontrar na praia.

**Tabela 1 – Comercialização de produtos e serviços informais identificados**

<b>PRODUTOS</b>	<b>SERVIÇOS</b>
Saída de praia (vestido, canga etc.)	Passeio de barco
Picolé (e “garrafinha”)	Passeio de buggy
Óculos de sol	Aluguel de guarda-sol e cadeira
Castanha-de-caju	Aluguel de patins
Água	Aluguel de quadriciclo elétrico
Água-de-coco	Passeio turístico
Cerveja	Aluguel de boias
Refrigerante	Pacotes turísticos
Amendoim	Guarda de veículos (“flanelinhas”)
Camarão no espeto	
Chapeu	
Bronzeador	
Pipa	
Bijuteria artesanal	
CD/DVD	
Brinquedo	
Artesanato alternativo (móviles de material reciclável, enfeites de arame etc.)	
Bolsas artesanais	
Chinelos artesanais	
Redes	
Trufas	
Pífano artesanal	
Ovo de codorna	
Tatuagem de henna	
Salada de fruta	
Salgados	
Bolsas de couro	
Cocada	
Marisco	
Cachorro-quente (hambúrguer etc.)	

Fonte: Trabalhos de Campo entre os meses de janeiro e abril de 2011.

Em nossas atividades de campo temos observado que algumas características predominam entre os trabalhadores, como uma renda mensal baixa, um índice de escolaridade que normalmente não ultrapassa a alfabetização, além de uma relativa desilusão em relação ao retorno ou procura pelo trabalho formalizado, seja por motivo de idade avançada ou por acreditar que trabalhando por conta própria, o trabalhador terá mais oportunidades de aumentar a renda familiar. O caráter extenuante da atividade, a competitividade crescente entre estes trabalhadores, e a manifesta precariedade deste trabalho também se sucedem nas respostas dos trabalhadores, aos quais pudemos aplicar nossos questionários.

Algo bastante presente também na realidade dos ambulantes da praia é uma constante perseguição por parte dos comerciantes formalizados, e dos representantes do poder público. No começo deste ano, algumas ações da Prefeitura Municipal de João Pessoa tiveram o intuito de afastar muitos destes trabalhadores das praias, em especial aqueles que trabalham no calçadão. De acordo com o argumento dos representantes dos órgãos públicos envolvidos na ação, principalmente a Secretaria de Desenvolvimento Urbano – Sedurb – estes trabalhadores causariam algum tipo de transtorno à ordem natural do espaço em questão, o calçadão da orla. De acordo com o relato informal de alguns trabalhadores, o aluguel de boxes fixos nos espaços oficiais, os camelódromos, é num preço que eles não podem pagar, fora que estes espaços acabam por limitar, e muito, as possibilidades de vender suas mercadorias ou oferecer seus serviços, em função da crescente concorrência entre os trabalhadores informais.

### **Praia: turismo e trabalho precarizado**

A problemática do espaço torna-se evidente no tipo de pesquisa por nós proposta. Um fato que vem chamar nossa atenção, desde o começo de nosso estudo, é que a maioria dos trabalhadores de que tratamos, mora em bairros de periferia, distantes dos bairros em que trabalham, predominantemente; alguns moram em outras cidades. Sendo as imediações da praia locais de moradia ou hospedagem para um fragmento da sociedade, de alto poder aquisitivo, é um fato manifesto a segregação pela qual passam os trabalhadores ambulantes, que representam um grande número de pessoas com baixo poder aquisitivo. De acordo com Lefebvre (2008, p. 14), “o método para abordar os problemas do espaço não pode consistir unicamente num método formal, lógica ou logística; analisando as contradições do espaço na sociedade e na prática social, ele deve e pode ser, também, um *método dialético*”. A praia, para nosso sujeito de pesquisa, é lugar de trabalho. Para os moradores ou hospedados na localidade, ou que estejam na cidade para fazer turismo, é lugar de lazer.

Sobre os lugares de lazeres, o autor afirma que (p. 49-50):

[...] assim como as cidades novas, são dissociados da produção, a ponto dos espaços de lazeres parecerem independentes do trabalho e “livres”. Mas eles encontram-se ligados aos setores do trabalho no consumo organizado, no consumo dominado. Esses espaços separados da produção, como se fosse possível aí ignorar o trabalho produtivo, [...] aos quais se procura dar um ar de liberdade e de festa, que povoa de signos que não têm a produção e o trabalho por significados, encontram-se precisamente ligados ao trabalho produtivo. [...] São precisamente lugares nos quais se reproduzem as relações de produção, o que não exclui, mas inclui, a reprodução pura e simples da força de trabalho.

As principais praias que representam a problemática espacial de que tratamos em nosso trabalho, a saber, Cabo Branco e Tambaú, apresentam um conjunto de características bastante representativas do que estamos tratando. O trecho que compreende as praias de Cabo Branco e Tambaú concentra um significativo número de equipamentos de forte apelo turístico: quiosques na areia, hotéis luxuosos, espaços de lazer propriamente dito, edifícios residenciais caros, bares e restaurantes frequentados por pessoas em geral de alto poder aquisitivo, seja moradores da cidade ou turistas. A praia é a paisagem desejada pelos idealizadores destes equipamentos, seja da iniciativa privada ou do poder público – ou normalmente os dois juntos – no sentido de exercer um poder de atração sobre os consumidores deste espaço. A natureza é então moldada no intuito de facilitar o acesso e a permanência daqueles que afinal possam pagar por esta paisagem. Um bem que é natural, público portanto, acaba por ser, mal disfarçadamente, apropriado, negociado, alterado, vendido. De acordo com Lefebvre (2008, p. 54):

A natureza, como o espaço, com o espaço, é simultaneamente posta em pedaços, fragmentada, vendida por fragmentos e ocupada globalmente. É destruída como tal e remanejada segundo as exigências da sociedade neocapitalista. As exigências da recondução das relações sociais envolvem, assim, a venalidade generalizada da própria natureza.

Nas referidas praias estão concentrados de fato os principais equipamentos turísticos da cidade, que surgiram em sua maioria na década de 1970, como por exemplo, o Mercado de Artesanato de Tambaú (1974) e o Hotel Tambaú (1971). Posteriormente, foi criado o Centro Turístico Tambaú (1988), e realizada a



reurbanização da Feirinha de Tambaú (década de 1980; recentemente outra grande obra transformou este espaço), e do calçadão da orla e das avenidas Cabo Branco e Tamandaré (2004) (LEANDRO, 2006).

As políticas públicas para a região Nordeste estão repletas de ações no sentido de incentivar a atividade turística. E o padrão naturalista está sempre presente no discurso e nas ações políticos, associado ao binômio sol-mar. Trata-se de uma espécie de retorno ao recorrente argumento de desenvolvimento regional, onde a natureza é colocada ora como problema, ora como solução dos problemas da região, e que, segundo Cruz (2002, p. 11), “desconsidera necessárias alterações na estrutura socioeconômica regional como condição *sine qua non* para qualquer possível desenvolvimento”.

Porém, não só o poder público, por influência da iniciativa privada, modifica estes espaços. Também o efetivo crescente de trabalhadores informais nas ruas altera significativamente estes espaços, transformando a vida pública, bem como o próprio espaço público (YÁZIGI, 2000, p. 25).

Compreender o trabalhador informal, em especial a partir de sua própria perspectiva, mostra-se um grande desafio, pelo fato deste trabalhador representar com clareza o momento de heterogeneização, fragmentação e complexificação, pelo qual passa a classe trabalhadora como um todo.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 10 ed. São Paulo: Cortez, Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2005.

CONSERVA, Marinalva de Sousa; ARAÚJO, Anísio José da Silva. **Informalidade e Precarização nos Mundos do Trabalho**. In: Teoria Política e Social. V. 1. N. 1, dez. 2008.

COSTA, Elizabeth Goldfarb. **Anel, cordão, perfume barato: uma literatura do espaço do comércio ambulante na cidade de São Paulo**. São Paulo: Nova Stella, Editora da Universidade de São Paulo, 1989.

CRUZ, Rita de Cássia. **Política de turismo e território**. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2002.

JAKOBSEN, Kjeld. MARTINS, Renato. DOMBROWSKI, Osmir. (orgs). **Mapa do trabalho informal: perfil socioeconômico dos trabalhadores informais na cidade de São Paulo**. São Paulo: Perseu Abramo, 2000. Coleção Brasil Urgente.

LEANDRO, Aldo Gomes. **O turismo em João Pessoa e a construção da imagem da cidade**. 2006. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geociências, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2006.

LEFEBVRE, Henri. **Espaço e política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

MALAGUTI, Manoel Luiz. **Crítica à razão informal: a imaterialidade do salariado**. São Paulo: Boitempo; Vitória: EDUFES, 2000.

THOMAZ JÚNIOR, Antônio; FRANÇA JÚNIOR, Luzimar Barreto (Orgs). **Geografia e Trabalho no Século XXI**. Presidente Prudente: Centelha, 2009. V. 4.

YÁZIGI, Eduardo. **O mundo das calçadas**. São Paulo: Humanitas/FFLCH6/USP; Imprensa Oficial do Estado, 2000.

ANTUNES, R. **Os sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.

GONÇALVES, M. A. **A Territorialização do trabalho informal: um estudo a partir dos catadores de papel/papelão e dos camelôs em Presidente Prudente – SP**. 2000. 224 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

RODRIGUES, I. D. **A Dinâmica Geográfica da Camelotagem: A Territorialidade do Trabalho Precarizado**. 2008. 197 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia – Universidade Estadual Paulista.

THOMAZ JÚNIOR A., GONÇALVES, M. A. **Informalidade e precarização do trabalho: uma contribuição a Geografia do Trabalho**. Revista Eletrônica de Geografia y Ciencias Sociales. Barcelona. Universidad de Barcelona, 2002. ISSN 1138 – 9788.

THOMAZ JUNIOR. A. O mundo do trabalho e as transformações territoriais: os limites da "leitura" geográfica. **Ciência Geográfica**, Bauru, v. 9, n.1, p. 96-103, jan/abr. 2003

THOMAZ JUNIOR. A. Por uma Geografia do Trabalho. **COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA**. 4. Barcelona, 2002b.

Contato com o autor: [luciene3101@hotmail.com](mailto:luciene3101@hotmail.com), [mmartillo@gmail.com](mailto:mmartillo@gmail.com)

Recebido em: 24/11/2012

Aprovado em: 28/12/2012